



FEDERAÇÃO NACIONAL DOS URBANITÁRIOS

ANEEL APROVOU A METODOLOGIA REFERENTE AO TERCEIRO CICLO DE REVISÃO TARIFÁRIA

FNU PARTICIPARÁ DE REUNIÃO COM A AGÊNCIA PARA DISCUTIR AS CONSEQUÊNCIAS DAS MUDANÇAS PARA OS TRABALHADORES

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), aprovou no dia 09 de novembro, a metodologia referente ao terceiro ciclo de revisão tarifária. Os procedimentos aprovados na reunião serão utilizados para se efetuar o cálculo das tarifas de energia elétrica que as empresas de distribuição cobram aos consumidores.

Segundo a Agência diversas inovações no modelo foram introduzidas como, por exemplo, a criação de um indicador que refletira na tarifa, a qualidade da energia fornecida, a fim de incentivar as distribuidoras a investir para prestar um melhor serviço e a redução da taxa de remuneração do capital investido pelas distribuidoras, atualmente em 9,95%, que passa para 7,5%, refletindo assim as mudanças estruturais da econômica brasileira, principalmente no que se refere à redução dos riscos de capital.

Contudo, a principal diferença do modelo e a que traz mais impactos nas questões trabalhistas foi à relacionada ao ajuste no repasse de ganhos de produtividade ao consumidor, que agora serão observados pelo desempenho histórico, baseado em dados reais de empresas que atuam no mercado e não mais pelo modelo de uma empresa de referência criada pela ANEEL, o chamado modelo de Benchmarking

Desde o início desse processo, a FNU vem acompanhado este debate, por entender que os trabalhadores devem cada vez mais participar e entender os assuntos referentes à regulação, visto que estas alterações metodológicas podem causar impactos tanto negativos quanto positivos para o conjunto de trabalhadores do setor.

Na audiência pública ocorrida em dezembro do último ano, a FNU apresentou três propostas para ANEEL, que discorriam sobre:

- 1 - A consideração do modelo sobre acordos coletivos de trabalho
- 2 – O Reconhecimento no indicador de eficiência da qualidade do trabalho, valorizando as empresas com baixos índices de acidentes.
- 3 – A previsão no modelo de que parte da produtividade decorrente do crescimento do mercado seja destinada a remuneração do trabalho.

A agência não levou em consideração nenhuma das propostas dos trabalhadores e, além disso, algumas das mudanças estabelecidas causam preocupação. O nosso

medo e que o “aperto”, principalmente no que tange aos custos operacionais das distribuidoras, venha a ser um fator que motive o processo de precarização do trabalho, aumento da terceirização, arrocho salarial e perda de direitos.

Em conversa com o diretor da Agência, Nelson Hubner, questionamos alguns dos pontos dessa metodologia. O diretor nos informou que não necessariamente o processo de terceirização seria estimulado pelas novas medidas, segundo ele, algumas empresas que possuem uma boa estrutura primarizada de trabalho podem sim alcançar índices de eficiência maiores do que empresas que terceirizam. Citou como exemplo a estrutura da empresa mineira “Cataguases – Leopoldina” que possui trabalhadores do quadro próprio atuando em todos os municípios de sua concessão, o que a fez ter bons índices de qualidade no atendimento.

Neste contexto de debates é importante destacar que as empresas estatais que possuem um número menor de terceirização da sua mão de obra em relação às privadas, foram as que tiveram a pior eficiência, segundo a metodologia da ANEEL, ou seja, se prevalecer essa lógica as empresas mais eficientes serão aquelas em que o trabalhador recebe salário mínimo.

De forma alguma iremos permitir que os trabalhadores “paguem” essa conta. Entendemos que premiar empresas que precarizam o trabalho não é o caminho para se fomentar a eficiência no setor. A nossa luta, sem dúvida ainda se dá no campo “patrão x trabalhador”. Devemos mais do que nunca estar vigilantes e atentos em nossas negociações com as empresas.

Esperamos que as definições aprovadas pela ANEEL, não venham a se tornar um fator de instabilidade no setor de distribuição assim como defendemos que a agência tome suas decisões de forma mais democrática, levando em conta as contribuições daqueles que efetivamente colocam muitas vezes a própria vida em risco em prol do seu trabalho.

Em breve teremos uma reunião com a ANEEL, para tratar das consequências para os trabalhadores das decisões tomadas relativa à revisão tarifária. Estaremos também de forma permanente denunciando junto a agência e a outros órgãos sobre a precarização e acidentes de trabalho no setor elétrico.